



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

www.campinas.sp.leg.br

Versão revisada do PLO nº 310/19, Processo nº 231.553, conforme disposto no § 8º do art. 125 do Regimento Interno. Este texto vale, para todos os efeitos de tramitação, como a redação oficial do projeto, em substituição ao texto originalmente protocolado.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 310/19

Acrescenta parágrafos ao art. 48 da Lei nº 15.449, de 28 de junho de 2017 – Estatuto de Proteção, Defesa e Controle das Populações de Animais Domésticos do Município de Campinas, para fixar diretrizes de criação, venda e comercialização de animais.

Art. 1º Ficam acrescentados os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 48 da Lei nº 15.449, de 28 de junho de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 48.

.....

§ 4º A criação, venda e comercialização de animais ficam condicionadas à inserção, nos contratos de compra e venda, da obrigatoriedade e responsabilidade de comprador e vendedor realizarem a esterilização dos animais quando atingirem 2 (dois) anos de idade.

§ 5º Fica o criador e/ou vendedor obrigado a fiscalizar e exigir os documentos e laudos de esterilização do animal vendido junto ao comprador, podendo oferecer o serviço em parceria com veterinário de sua confiança, cujas despesas serão custeadas pelo vendedor em no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor.

§ 6º O descumprimento dos §§ 4º e 5º sujeitará o infrator às penalidades do art. 57 desta Lei.” (NR)

Art. 2º O Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber, baixando as normas que se fizerem necessárias.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.




CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.campinas.sp.leg.br

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 5 de junho de 2020.



Marcelo Silva
Vereador – PSD



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo

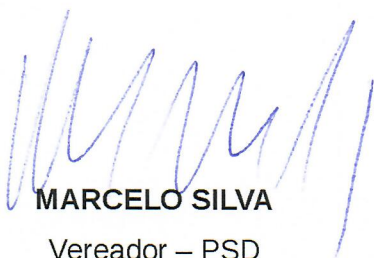
www.campinas.sp.leg.br

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente lei após discussão em audiência facultativa dos problemas que são enfrentados pelo município com criadores clandestinos que não aplicam o mínimo necessário para o cuidado com os animais, em especial naquilo que diz respeito a controle de natalidade com a consequente aplicação de métodos de esterilização.

Com esse projeto visamos materializar uma parte dos anseios de parcela da sociedade que se se debruçam diariamente sobre este assunto.

Por essa razão é que peço o apoio dos meus pares para a aprovação da presente lei.


MARCELO SILVA
Vereador – PSD

Campinas, 18 de novembro 2019.